



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS COMISSÕES CONJUNTAS DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE TRÊS. (17-01-2023).

Ao décimo sétimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às nove horas e vinte e sete minutos, foi realizada a Sessão Extraordinária das Comissões Conjuntas de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, para discutirem a dinamização do procedimento licitatório de implantação do Programa Tarifa Zero (TZ). **Participaram da reunião:** os Vereadores Adimar Cota; Ediraldo de Freitas, José Sales, José Antunes Vieira, Marcelo Macedo, Maurício Borges, Ricardo Miranda, Ronaldo Bento e Sônia Azzi. **Registraram Presença:** Arlinda, Secretária Municipal de Administração; Cristiane Costa Gonçalves, Engenheira de Transportes; Eliabe Freitas, Chefe do Demutran; Sr. Edvaldo Andrade, Secretário de Governo; Sr. Marlon Figueiredo, Secretário de Planejamento; Juliano Magno Barbosa, Controlador Geral do Município; Raquel de Souza, Secretária de Municipal de Segurança Pública; Paulo Giovanni Giarola, Consultor Norte Consultoria LTDA. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” o Vereador Marcelo iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e explicou a natureza da reunião, visando a melhor modalidade para realização da licitação do transporte público, disse ser o único que votou contra o TZ, pela forma como o projeto chegou à Casa e que se preocupa com a receita da Cidade, sendo que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) chegou em torno de vinte e dois milhões de reais no ano de dois mil e vinte e dois e sua projeção para o corrente ano é de oito milhões de reais. Segundo ele, o TZ deve ser aprimorado e deve-se verificar até que ponto será mantido, expressando vontade de verificar junto ao Executivo o subsídio do mesmo, sem isenção total ao usuário. Disse não haver fiscalização, e que os motoristas correm riscos, já que os usuários não obedecem aos pontos, contribuindo para a confusão. Disse que a empresa tem concessão temporária e precária há mais de quarenta anos na Cidade, sendo que essa se queixa muito com a Casa e que deve-se oferecer à população transporte de qualidade. Com a palavra, o Vereador José Antunes cumprimentou a todos e disse ser o TZ um projeto social e que na votação do mesmo, o Vereador Ronaldo sugeriu uma emenda que o Vereador José Antunes não concordou, dizendo haver distritos não-inclusos no projeto e que esse deveria ter um ano de teste, e verbalizou vontade em saber o que está sendo feito. Com a palavra, o Vereador Ronaldo disse serem pertinentes as ponderações do Vereador José Antunes e esclareceu que a assinatura do termo de aceite aconteceu dois dias após sua saída do Executivo e questionou se há andamento do processo licitatório. Com a palavra, a Sra. Arlinda disse q o TZ entrou em vigência em fevereiro de dois mil e vinte e um, cujo estudo teve início no governo do Sr. Duarte; diversas discussões foram realizadas até sua implementação, tendo havido estudo com assessoria, que serviu de base para negociação dos valores que o município iria custear do TZ; dito estudo foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

discutido com a Transcotta e sua proposta foi objeto de análise da Secretaria de Defesa Social e da consultoria jurídica. Disse que os primeiros meses do TZ foram utilizados para verificar seu funcionamento, como superlotação, rotas, etc. Com a saída do Vereador Juliano do Executivo e a entrada do Vereador Ronaldo, foi apresentado a esse o andamento, em reunião com todos os vereadores, na qual foram levantadas questões sobre o modo da licitação, procurando resolvê-las, visto já ter ocorrido o período de experiência. O modelo de estudo de dois mil e vinte e um propunha que o usuário pagasse um real de tarifa e o Município custeasse o restante. Esse processo foi iniciado em quatro de julho de dois mil e vinte e dois e finalizado no final do mês, com anuência do então Prefeito Interino, o Vereador Ronaldo, tendo sido realizado novo trabalho de análise, revisão e levantamento das tarifas, para que se adequasse o modelo TZ. Disse que essa versão foi entregue em novembro de dois mil e vinte e dois e, antes disso, foi convocada nova reunião com todos os vereadores e, a partir daí, foi estudado o material entregue pela consultoria, para que o projeto ficasse adequado à realidade marianense. Ela disse que o Vereador Ronaldo participou ativamente, e deu "carta branca" para que a Controladoria pudesse atuar no menor tempo possível, tendo o projeto de licitação de transporte coletivo validade de vinte anos. Frisou a importância do termo de referência, visto que houve tentativa de licitar em dois mil e quatorze e, posteriormente, em dois mil e dezesseis, tendo sido a última impugnada pelo Tribunal de Contas, que levou dois anos para julgar. Em vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi realizada nova reunião com profissionais da área, com a intenção de publicar edital de licitação, o que foi julgado supérfluo pela Controladoria que, posteriormente, entendeu ser necessária e, por questão cronológica, esse documento não foi assinado pelo Vereador Ronaldo, mas pelo novo prefeito Interino Sr. Edson Agostinho, e deve-se dar ciência a ele do que está acontecendo. Explicou que, seguindo a legislação, trinta dias após a intenção de contratar, será publicado o edital, para que não se antecipe sua publicação, o que traria problemas; em quatro de julho contrataram a Norte Consultoria para dar seguimento ao projeto, para que esse não ficasse inerte. O Vereador José Antunes questionou o motivo de não terem-se adicionado seis meses à emenda, e se a presente licitação inclui os distritos; questionou também se o distrito de Vargem está sendo contemplado pela Transcotta ou pela Cooperativa, visto que o valor para a localidade está sendo pago, ao que a Sra. Arlinda disse que a inclusão de novas rotas, além da de Vargem, estão sendo pagos pela Cooperativa, com concordância do Sr. Edvaldo. O Vereador José Antunes perguntou se há a possibilidade de contratar van para o distrito de Constantino, visto sua localização, ao que o Sr. Edvaldo disse haver vaga para contratar, e que conversaria com o Prefeito, dando o retorno na parte da tarde. O Vereador Adimar questionou sobre colocar-se um novo horário em Santa Rita Dirão, que só conta com um. O Vereador Marcelo concordou e disse que, no **Artigo 5** diz que a isenção tarifária ao usuário, nos termos previsto nessa lei, alcança todas as linhas urbanas, rurais e distritais de transporte coletivo, questionando se a lei está sendo cumprida em sua totalidade, pois não adianta oferecer o transporte gratuito com péssimas condições. Disse que o TZ foi iniciado no valor de oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos, não tendo havido aumento gradual do valor ao longo dos meses e disse querer acompanhar o crescimento para se chegar ao valor atual, contando com o aumento de rotas. A Sra. Arlinda



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

respondeu que isso se deve à redução de horários devido à pandemia. Disse que, quando se fala em inclusão de novas rotas, fala-se da nova licitação, pois o contrato anterior trata de novos horários inclusos, ao que o Vereador Marcelo solicitou que se enviem à Casa as rotas atuais. O Sr. Juliano disse ter havido aditivo em março de dois mil e vinte e dois, no valor de cento e trinta e seis mil, duzentos e sete reais e vinte e quatro centavos, referente ao reforço da linha Cabanas-Rosário; o segundo aditivo, em junho do mesmo ano, no valor de vinte e cinco mil, cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos, referente à alteração do escopo operacional: Cabanas-Centro/Policlínica e Centro-Rosário; a terceira aditiva, em julho do mesmo ano, no valor de dezenove mil e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos, referente à alteração de linhas urbanas; o quarto aditivo, em outubro, no valor de três mil setecentos e setenta e seis reais, para atender à demanda nas eleições e, o quinto aditivo, em dezembro, no valor de trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais, referente à linha Rosário, a fim de diminuir a espera, que foi de quinze para oito minutos, além de ter havido melhora na linha de Monsenhor Horta (MH). O Vereador Marcelo disse que em MH e em Cláudio Manuel foi cortado o horário de domingo e questionou essas mudanças. A Sra. Cristiane disse que em MH houve redução devido à pandemia e que acompanham as rotas a cada quinze dias, para adequação. O Vereador Marcelo disse ter ouvido de usuários que não existe mais o ônibus de domingo em MH, ao que a Sra. Cristiane disse ter sido realizado estudo pela Germânica, no qual o quadro de MH está sem atendimento e prometeu o levantamento. O Vereador Marcelo solicitou que se enviem à Casa todas as informações referentes ao TZ: pagamentos mês-a-mês, aditivos, rotas de GPS, etc. e disse ser necessária uma fiscalização efetiva, dentro dos ônibus, vista a péssima qualidade do transporte. Disse que o Vereador Ricardo levantou, em reunião anterior, que se o TZ estivesse funcionando, não haveria tantos carros de aplicativo rodando na cidade. O Sr. Juliano, disse que foi realizada uma pesquisa de satisfação da população com o TZ, na qual a aprovação foi de oitenta e nove por cento, precisando-se corrigir a licitação sobre a estrutura, por exemplo. Disse ser o TZ um sistema universalmente desejável, estando em funcionamento em cinquenta e duas cidades no Brasil. Disse que o programa social é exemplo no estado de Minas Gerais, e que trabalharão para as melhorias acontecerem. O Vereador Marcelo comentou sobre os oitenta e nove por cento de aprovação dizendo que devem-se continuar realizando as pesquisas, principalmente nos distritos. A Sra. Cristiane disse serem, doze linhas distritais e oito urbanas. O Vereador Marcelo solicitou que se envie à Casa a pesquisa de satisfação e disse que, pelo fato de o TZ ter alcance social, os empresários não pagam mais vale-transporte, sendo que nos distritos, os comerciantes tiveram queda no volume de consumo. Disse que Mariana deveria atender à própria demanda, ao invés de utilizar projetos de outras cidades e reiterou a necessidade de fiscalização e de instauração de novos horários para os distritos e sugeriu que se taxassem os empresários para ajudar a pagar o valor e garantir a qualidade do serviço. Reiterou o mau funcionamento do TZ, visto o grande volume de carros na Cidade. Com a palavra, o Vereador Ricardo reiterou sobre o uso de aplicativos e concordou com o Vereador Marcelo, já que o TZ beneficia pessoas que não podem gastar com passagem, e que devem-se buscar alternativas para melhorar o transporte público; citou a pesquisa do Sr. Juliano e disse andar no TZ em torno de dez vezes por mês, e que o maior índice que se tem não é de satisfação, mas de questionamentos dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

usuários sobre a tarifação não ser adequada; disse que deve-se trazer a população para audiência pública e que as pesquisas devem ser realizadas no início ou final de expediente, nos horários de pico, quando os pontos estão lotados, opinando que seria um bom comparativo com a pesquisa atual; reiterou que se cogitou a extensão do projeto para um ano, sendo que o valor atual é de um milhão e trezentos reais, e o inicial em torno de oitocentos mil reais, questionando qual será o valor até o final da extensão. Disse que, com relação às invasões, a população necessita andar longas distâncias para alcançar as linhas principais e questionou sobre o que pode ser feito para que se chegue com os ônibus mais próximo de suas residências. O Sr. Juliano disse que ampliará as perguntas da pesquisa, para saber se a população tem interesse na volta do preço integral da passagem, ou parte dela, além de verificar o grau de satisfação, para trazer mais luz à vontade da população. O Vereador Marcelo perguntou sobre o valor mínimo do TZ, ao que o Vereador Ronaldo respondeu ter sido mais de duzentos e cinquenta mil reais, e o Sr. Juliano completou que a planilha foi orçada em setembro de dois mil e vinte e um, e que a empresa a ser licitada, tem gastos mensais, como aumento de salário de seus empregados, óleo, pneu, etc., sendo que um dos itens de contrato era a análise econômica do reequilíbrio, para depois haver a análise do Departamento Municipal de Trânsito de Mariana (DEMUTRAN) para conceder o reequilíbrio, ao que o Vereador Marcelo questionou sobre a possibilidade de nova readequação a qualquer momento, ao que o Sr. Juliano assentiu e disse que a planilha orçamentária estava “rodando” há um ano e três meses, sendo que todos os contratos da Prefeitura tem reequilíbrio após um ano e, outros fornecedores, como saúde, transporte e cooperativas foram prejudicadas pelo Governo Federal; completou, dizendo que, caso o preço do diesel caia, o reequilíbrio terá o mesmo destino, sendo esses problemas externos ao poder Municipal. Com a palavra, a Sra. Arlinda disse que, na realidade de Mariana, não se pode esquecer que se opera com modelo de dois mil e quatro, e que não se está licitando o TZ, mas o transporte coletivo, com cobrança de tarifa; após a licitação, quando houver a redução de preço é que o Município avaliará a saúde financeira e o projeto de lei, com subsídio total ou parcial, pois, havendo queda de receita até determinada porcentagem, o Município volta a cobrar tarifa sendo que, com o preço do diesel, o valor será dobrado, podendo, no futuro, acabar o transporte público; a lei estabelecerá o funcionamento, posterior à licitação, pois havendo a redução, verifica-se o que é possível custear. Ela disse que o problema é em termos sociais e completou que, sobre os aplicativos, algumas pessoas querem a comodidade, sem ter de se submeter ao trajeto e horários dos ônibus e disse serem minoria as pessoas que usam aplicativos. Disse que devem-se rever rotas e horários, já que vinte anos atrás a Cidade era muito diferente e que estão buscando corrigir essas “arestas” com estudo mais minucioso, senão, o projeto apenas se adequaria ao edital de dois mil e dezesseis. O Sr. Juliano disse que, se a Casa não tivesse aprovado os seis meses adicionais, tendo cobrança de tarifa, caso voltasse com o valor de três reais e setenta e cinco centavos, depois de um mês, a Transcotta pediria o reequilíbrio, pois ela não cobre os custos, e já estava defasada antes da implantação do TZ. Disse serem seis mil trezentas e noventa e cinco famílias na pobreza em Mariana, e mil e cem famílias aguardando benefícios, e disse que o universo social do TZ é muito grande, mas sua reprovação é muito baixa, em três por cento, sendo necessária uma tarifa com preço razoável, para o caso da Casa aprovar projeto de lei, deve-se licitar em



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

seis meses, o que não acredita que possa ser feito, por impugnações, liminares, etc. O Vereador José Antunes perguntou se a licitação leva um ano e meio, ao que o Sr. Juliano disse depender de possíveis impugnações e questionamentos no Tribunal de Contas em relação ao edital, cuja programação é de trinta dias, tendo tido início em janeiro do corrente ano. Com a palavra, o Vereador José Sales reiterou a preocupação da extensão de seis meses, totalizando aumento de vinte e cinco por cento do valor em um ano, mesmo com o aumento diesel e à mão de obra, sendo que a própria Prefeitura deu aumento de dezesseis por cento para o servidor no ano passado; outra preocupação é o tempo de vinte anos da concessão, sendo que, sabendo-se o tamanho de Mariana e as distâncias dos distritos, acontecerá o mesmo que acontecia antigamente, quando cada empresa cobrava um valor diferente para o transporte. Sugeriu que se fizesse uma licitação parcial e que no modo atual, o risco de a população ficar sem transporte é grande, sendo outra possibilidade o aumento exponencial no valor da tarifa; caso se pague parcialmente, o preço cai. Disse que a Prefeitura pagava trezentos mil reais com vale-transporte e solicitou que se enviem os horários e rotas dos ônibus em circulação, com concordância do Vereador Marcelo. Com a palavra, o Vereador Ronaldo concordou e disse que o Prefeito Interino é quem fica a cargo da arrecadação e decidirá se serão realizados cortes ou se os valores serão mantidos; disse que, quando chegou ao Executivo em julho de dois mil e vinte e dois, já havia o parecer da Controladoria e da Procuradoria sobre a cessão de reequilíbrio para a Transcotta; mesmo sendo contra o reequilíbrio, sem ele, a Transcotta pararia, segundo a equipe técnica, juntamente da Sra. Arlinda, do Controlador e do Secretário de Governo, o que foi cedido em dezembro do mesmo ano, estando cinquenta por cento acima do valor proposto. O Vereador Marcelo questionou o Sr. Marlon sobre o orçamento atual do transporte público, ao que esse respondeu que, no ano anterior, o Executivo arrecadou quinhentos e sessenta e sete milhões de reais, sendo o orçamento aproximadamente dois por cento do valor da arrecadação do Município, precisando-se apurar quanto, exatamente, ficará disponível conforme a nova lei, e que passaria o valor exato no decorrer da reunião. Com a palavra, o Sr. Paulo se apresentou como representante da Norte Consultoria e disse haver duas frentes distintas de trabalho: a primeira trata de avaliar se o serviço prestado a Mariana é adequado financeiramente ao valor pago, chamado reequilíbrio econômico-financeiro, entregue e aprovado em dezembro de dois mil e vinte e dois. Disse que algumas distinções legais precisam ser colocadas para que se tenha entendimento: quando se fala em vigência de doze meses, fala-se de reajuste, isto é, perda monetária de valor, diferente de reequilíbrio econômico; disse ser tão importante a fase do reequilíbrio, que a legislação não obriga seu pacto contratual; quando se fala de fatores exógenos, posteriores à celebração do contrato, a qualquer momento pode ocorrer o pedido de reequilíbrio. De posse do valor percentual, os vinte e cinco por cento foram demonstrados como desequilíbrio no contrato, pois se se pensa que a inflação anual é de dez por cento, faz-se necessário um novo conceito econômico, pois a inflação diz respeito ao consumidor, devendo-se trabalhar o desequilíbrio com a inflação setorial, sendo que, em um ano, o diesel cresceu mais de sessenta por cento e esse representa mais de cinquenta por cento do custo da tarifa de transporte coletivo; então, cinquenta por cento de sessenta por cento representa trinta por cento; logo, pelo aspecto setorial, esse reequilíbrio de vinte e cinco por cento é adequado, havendo uma série de fatores



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

alocados para que a conta seja somada. A segunda parte do trabalho foi fazer um estudo de avaliação do transporte coletivo efetuado na Cidade, e elaborar em síntese uma nova licitação. Disse que o grande problema de Mariana não é o TZ, mas não ter um sistema transporte coletivo licitado, serviço hoje precário; o TZ faz menção de que a tarifa será paga pelo Município e a adequação da tarifa é a parte mais importante, não sendo possível sem a licitação, daí a necessidade da prorrogação do TZ, para que não haja rompimento brusco com ele, mas para que se realize avaliação posterior à licitação do transporte público municipal, não sendo possível licitar-se pelo TZ, pois corre-se o risco de renúncia de receita, já que a tarifa também é um tributo; quem faz a prestação de serviço é o próprio Município, podendo então investir em Mariana e fazer com que esse sistema seja colocado pela própria Prefeitura, mas, para que isso aconteça, precisa-se de cinco a seis anos para reverter o investimento, pois estão trabalhando com duas premissas: orçamento e planejamento do orçamento, isso é, receita e despesa; orçar é fazer com que os desejos estejam dentro das disponibilidades, daí a importância da tarifa, daí a impossibilidade da licitação de uma outorga de concessão pública com TZ, pois estaria-se contratando o serviço. Mas, outorgando uma concessão, os deveres e direitos são maiores que um simples que o contrato de cinco anos. Então, sua proposta de trabalho encaminhada e discutida em dezembro, para a conclusão do termo de referência que surgirá com a publicação de edital até o fim de janeiro do corrente ano, é para que se tenham um preço tarifário a ser licitado para o menor preço e, quem ganhar a licitação, praticará a tarifa. Se ela será paga pelo poder público ou pelo usuário, deve ser discutido posteriormente, pois demanda entender se haverá condições de manter o serviço. Disse que a licitação está prevista para o início de março do corrente ano e que, ao se publicar edital, dá-se o planejamento, sem a possibilidade de prever o resultado; coloca-se a licitação no mercado, que buscará sua viabilidade; não havendo interesse, deve-se refazer todo o trabalho, daí a justificativa de seis meses a um ano. Em sua opinião de consultor, não acredita haver a necessidade de se votar em lei; caso não haja sucesso com a licitação, pode-se voltar à origem e estabelecer um novo contrato precário com a empresa presente, por dispensa emergencial, e a nova lei a ser concluída a partir de abril do corrente ano, dá a possibilidade de se fazer por um ano, não por seis meses, como pedido, sendo a intenção de o projeto estar licitado no início de fevereiro, e a mesma deve ocorrer no início de março, para que se tenha em abril/maio uma nova concessão pública, que não acontece em Mariana há vinte e cinco anos, por isso sua empresa foi contratada: para trabalhar junto das Secretarias de Segurança e de Administração e "levar a cabo" mas, em nenhum momento estão licitando TZ, pois não ser possível ou adequado financeiramente para o Município, pois trazer-se-iam empresas que sem capacidade de presença, ao que o Vereador Marcelo concordou. Com a palavra, o Sr. Marlon disse que o orçamento de dois mil e vinte e três está projetado em treze milhões de reais, aprovado pela Casa, e completou que a média do último ano foi de novecentos e cinquenta mil reais, sendo que a avaliação de preço de mercado e equilíbrio financeiro pode tanto cair como subir o preço, assim como a licitação. Disse que a média dos últimos meses apurados, de novecentos e cinquenta mil reais, significa que a média pode variar, de acordo com os reequilíbrios financeiros, tanto para mais quanto para menos e, com a nova licitação, o Município pode obter um desconto maior; considerando-se a média em relação ao orçamento, tem-se um montante de um milhão e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

quatrocentos mil reais a mais para o Município. O Vereador Marcelo perguntou sobre a vigência do contrato, ao que o Sr. Paulo respondeu que esse é de julho de dois mil e vinte e dois e que, esse não se dá por prazo mas pelo escopo do trabalho; disse ter pedido um aditivo de prazo para a conclusão do serviço, não os valores, ao que o Vereador Marcelo solicitou que se envie à Casa o contrato da empresa Norte Consultoria LTDA. O Vereador Ediraldo sugeriu que se instaure meia tarifa para trabalhadores e pessoas não enquadradas em baixa renda, e as cadastradas em baixa renda, que tenham uma carteirinha e gratuidade; outra sugestão sua foi da Prefeitura ter seus próprios ônibus com TZ, sendo que se essa adquirisse veículos de dois mil e vinte a dois mil e vinte e dois, seus valores estariam pagos em quatro meses, gerando, ainda, empregos diretos, como mecânicos e auxiliares. O Sr. Paulo disse que para que se traga ao poder público a administração do transporte coletivo, o investimento em um veículo passa da ordem de seiscentos mil reais. Disse que devem-se avaliar todos os critérios de uma norma vigente, sendo que apenas o casco de veículo vale quinhentos e cinquenta mil reais, tendo ainda a necessidade de concurso público para motoristas, sendo que o custo do servidor público é fomentado em carreira crescente, tendo, ao longo do tempo, inflação maior no transporte público direto que na terceirização, principalmente pelo aspecto de produtividade e, havendo a possibilidade de investimento, esse seria mais adequado. Disse não ser uma vontade econômica e financeira, mas política e que, quanto ao subsídio, todas as planilhas foram criadas para que, ao longo do andamento contratual, realize-se a inserção de subsídio; quando estiver tarifado e se puderem fazer valores de inserção, as planilhas automaticamente trarão as tarifas ao novo preço. O Vereador Ediraldo disse que se deve fazer a exigência do ano mínimo do veículo, em torno de cinco anos, ao que a Sra. Arlinda disse já constar e, ao haver reclamações de precariedade, aciona-se a empresa e essa realiza a substituição. Os Vereadores Ricardo e Marcelo solicitaram que se marcasse audiência pública, com a presença das associações de bairro, para discutir o TZ com a população, com concordância do Vereador José Antunes. O Vereador Marcelo encerrou a reunião, dizendo que, em Mariana, tem-se transporte público sem tarifa e sem qualidade, bebe-se água com barro, saneamento básico, educação e saúde deixam a desejar e que isso é uma tristeza; agradeceu a presença de todos e disse que muitos pontos foram esclarecidos. Disse que o beneficiado com a TZ não é a população, mas a Transcotta, que já oferecia transporte precário, sendo necessário analisar melhor a lei da TZ. Solicitou das comissões que analisem as leis da Cidade, para que se façam cumprir as que estão sendo inoradas e solicitou o ofício das comissões pedindo ao presidente Manoel Douglas que levante todas as leis do Município para estudá-las uma por uma. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense”, o Vereador Marcelo encerrou a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**